



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 4.038, DE 10 DE JULHO DE 2025.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de agentes de apoio ao tráfego por parte das concessionárias de serviços públicos durante a realização de intervenções que causem impacto na circulação viária no Município de Niterói e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam as concessionárias e permissionárias de serviços públicos obrigadas a disponibilizar, durante a realização de obras, reparos, manutenção ou quaisquer intervenções que ocasionem interrupção total ou parcial da via pública, agentes de apoio ao tráfego devidamente identificados e capacitados.

Art. 2º Os agentes de apoio ao tráfego atuarão de forma a minimizar os impactos viários, orientando condutores e pedestres, promovendo a fluidez do tráfego e assegurando a segurança no entorno da intervenção.

Art. 3º A obrigatoriedade estabelecida nesta lei aplica-se a quaisquer intervenções que:

- I - impliquem bloqueio, desvio ou estreitamento de faixas de rolamento;
- II - reduzam a acessibilidade de pedestres;
- III - interfiram na circulação do transporte público;
- IV - demandem utilização de maquinário pesado ou ocupem área superior a 10m² da via.

Art. 4º Não haverá por parte dos agentes de apoio, atribuição ou competência de fiscalização de trânsito, competindo-lhes somente a orientação e operação do tráfego de veículos e da circulação de pedestres.

Art. 5º A presença dos agentes de apoio ao tráfego deverá iniciar-se antes do início da intervenção e estender-se até a liberação total da via ou calçada impactada.

Art. 6º A realização de eventos públicos por particulares, desde que impactem na obstrução parcial ou total de via serão equiparados para fins desta lei a concessionários e permissionários de serviço público.

Art. 7º As atividades de apoio ao tráfego deverão ser exercidas por empresas cadastradas e supervisionadas pela autoridade municipal de trânsito ou por órgãos por ela delegados.

Art. 8º Caberá ao poder executivo através do órgão que lhe julgar competente autorizar a emissão e

certificação de cadastramento das empresas prestadoras de apoio ao tráfego.

Art. 9º Os procedimentos administrativos necessários, os quais o poder executivo lhe julgar cabíveis, para cadastramento e certificação serão delimitados através de normas regulamentadoras pelo Poder Executivo.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 10 DE JULHO DE 2025.

RODRIGO NEVES - PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 226/2025 - AUTOR: ANDERSON JOSÉ RODRIGUES - PIPICO

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 11/07/2025

Toda a legislação em um só lugar!



Federais



Estaduais



Leis.org



Municipais



Institucionais

Clique no link e conheça mais